

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.885 - CE (2016/0185047-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : FERNANDO ANTONIO TEIXEIRA TÁVORA - CE004955
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : VITOR YURI ANTUNES MACIEL - PE022411
DAVID SOMBRA PEIXOTO E OUTRO(S) - CE016477

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APLICABILIDADE DO CPC/1973. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fls. 204/205):

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. ICMS. RETENÇÃO DE MERCADORIAS DE PROPRIEDADE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE COBRANÇA DO TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 323/STF. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRIBUINTE DE FATO. ILEGITIMIDADE ATIVA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Apelação interposta pela Caixa Econômica Federal contra sentença proferida pelo juízo da 6ª Vara Federal do Ceará que, nos autos de ação ordinária, quanto ao pedido de repetição de indébito tributário, extinguiu o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, e em relação ao pleito de vedação de lavratura de auto de infração e de apreensão de mercadorias, julgou improcedente o pedido.

2. Não merece reforma a sentença que extinguiu parcialmente o feito sem julgamento do mérito, pois diante da previsão legal do artigo 166 do CTN e entendimento dado pelo STJ no julgamento de Recurso Repetitivo 903.394/AL (Rel. Min. LUIZ FUX, RSTJ 218/91, acórdão submetido ao rito do art. 543-C do CPC), é facultado apenas ao contribuinte de direito a possibilidade de repetição dos valores erroneamente pagos a título de ICMS, ainda que os valores tenham sido repassados no preço da mercadoria ao consumidor final.

3. Ademais, depreende-se dos autos que a autora se insurge contra o procedimento levado a efeito pela Administração tributária do Estado do Ceará quanto à apreensão de mercadoria como forma de coerção ao pagamento de diferenças de ICMS previstas em decreto estadual.

4. Nos termos da Súmula nº 323/STF, é “inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos”. Este tipo de sanção política é inconstitucional, na verdade, porque não constitui o meio adequado para a cobrança de débitos tributários, que deve ocorrer pelo processo administrativo ou judicial (execução fiscal), e também por implicarem em cerceamento da liberdade de exercer atividades lícitas, como as previstas nos anteriormente citados artigos 5º, inciso XIII, e 170,

Superior Tribunal de Justiça

parágrafo único, do Estatuto Maior do País. Isso não impede, contudo, que o Fisco retenha mercadoria por falta de documento idôneo ou na hipótese do contribuinte não observar as regras pertinentes para trânsito de mercadorias, porém, somente para lavrar o Auto de Infração e identificar o proprietário, e, logo em seguida liberar a mercadoria.

5. A presente ação, ao contrário do que concluiu a magistrada de piso, não busca provimento de caráter normativo, mas providência judicial que assegure a autora a não apreensão de suas mercadorias como forma de coerção ao pagamento de diferenças de ICMS previstas em decreto estadual. Assim, mostra-se perfeitamente possível deferir o pedido no sentido de determinar que a autoridade demandada se abstenha de apreender as mercadorias de propriedade da demandante como instrumento de cobrança de diferenças de ICMS, com base nos artigos 6º-A e 6º-B do Decreto Estadual nº. 29.560/2008 (introduzidos/alterados pelo Decreto nº. 29.817, de 06 de agosto de 2009), podendo, contudo, proceder livremente à fiscalização e à autuação fiscal se encontradas outras irregularidades eventualmente praticadas pela contribuinte. Precedente do C. STJ (RESP 1088866, BENEDITO GONÇALVES, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE 28/05/2010).

6. Considerando a sucumbência recíproca, decorrente da procedência de um dos dois pedidos formulados pela parte autora, deixa-se de condenar qualquer das partes em honorários sucumbenciais, julgando-se prejudicado o apelo da Caixa Econômica Federal no capítulo que pretendia a redução dos mesmos.

7. Apelação parcialmente provida.

O recorrente alega dissídio jurisprudencial, sob o argumento de que "o acórdão proferido pelo TJCE, além de contrariar lei federal (art. 18 da Lei nº 13.105/2015), diverge da interpretação atribuída por este Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual afigura-se a ilegitimidade ativa de ação aquele que não detém legitimidade ativa para pleitear a restituição do tributo em evidência sem apresentar provas de que não transferiu o encargo financeiro da exação fiscal a terceiros (no caso consumidores), ou sem que esteja expressamente autorizado, por estes mesmos contribuintes de fato, a ser contemplado com a almejada restituição." (fl. 229).

Contrarrazões às fls. 244-251.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 253.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c, do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.

Cumprе ressaltar, ainda, que o recorrente deve transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias dos casos confrontados, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM VIRTUDE DE PROPOSITURA DE DEMANDA JUDICIAL PELO DEVEDOR NA QUAL O DÉBITO É IMPUGNADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RECURSO ANCORADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. Além do que, para se comprovar a divergência, não basta a mera transcrição de ementas, é indispensável o cotejo analítico entre os julgados, de modo que ressaia a identidade ou similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido, bem como teses jurídicas contrastantes, a demonstrar a alegada interpretação oposta.

4. Agravo Regimental do IRGA desprovido. (AgRg no REsp 1.355.908/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DECADÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEVOLUÇÃO DE VALORES E PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

4. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.420.639/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 02/04/2014).

Ademais, a jurisprudência deste STJ é firme no sentido de que, para a comprovação do dissídio jurisprudencial, é necessária a indicação do dispositivo de lei federal em torno do qual pende divergência interpretativa, o que não ocorreu na espécie.

Incide, portanto, o óbice da Súmula 284/STF. A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA PELA CORTE ESTADUAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL (LEI ESTADUAL MINEIRA 6.763/75). TRANSPORTE DE MERCADORIA ENTREGUE EM ENDEREÇO DIVERSO DO CONSTANTE NAS NOTAS FISCAIS. RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR CARACTERIZADA. ENTENDIMENTO DIVERSO QUE IMPLICARIA REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça

JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADA. NÃO ESPECIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

3. No tocante ao dissídio de interpretação jurisprudencial, a irresignação não merece prosperar, diante da deficiência na fundamentação do Apelo Especial interposto pelo art. 105, III, alínea c, da Constituição Federal, que deixa de apontar o dispositivo da legislação infraconstitucional, ao qual se teria dado interpretação divergente. Incide neste caso, o enunciado da Súmula 284 do egrégio Supremo Tribunal Federal, segundo a qual é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

4. Agravo Regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 512.361/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/09/2015)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC INOCORRENTE. ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INCOMPETÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO OU SOBRE O QUAL HÁ DIVERGÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DAS ALEGADAS IRREGULARIDADES NO CERTAME. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

(...)

3. O recurso especial, mesmo que interposto pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, necessita de indicação de dispositivo federal violado ou sobre o qual há divergência de interpretação para a exata compreensão da controvérsia. Não sendo cumprido este requisito, não é possível ter a exata compreensão da controvérsia. Incidência do verbete da Súmula 284 do STF.

(...)

5. Agravo regimental não provido (AgRg nos EDcl no AREsp 661.997/DF, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 05/08/2015)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator